



**Campanha Construindo Cidades Resilientes**

*Minha cidade está se preparando!*

**OBSERVATÓRIO DA CIDADE RESILIENTE**

**PUBLICAÇÃO: 01 DE AGOSTO DE 2017**

**This guideline is an effort from the international  
DRR Community and brokered by UNISDR**

**In support of the Sendai Framework  
for Disaster Risk Reduction 2015 - 2030**



**UNISDR**

United Nations Office for Disaster Risk Reduction

## **Diretrizes de palavras em ação: riscos artificiais / tecnológicos (versão consultiva)**

Esta versão consultiva da diretriz é o produto de revisões de literatura, discussões e contribuições de diversas partes interessadas, bem como especialistas nomeados pela UNISDR nomeados especificamente para o desenvolvimento da diretriz Words in Action para riscos artificiais / tecnológicos. O grupo de trabalho é presidido pelo UNISDR e pela Unidade Conjunta das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA).

As principais características do Framework Sendai para Redução do Risco de Desastres são: 1) uma mudança de foco de gerenciamento de desastres para gerenciamento de riscos; 2) um escopo mais amplo que inclui o risco de catástrofes pequenas, grandes, frequentes ou não, repentinas e de início lento, causadas por riscos naturais ou causados pelo homem, bem como riscos e riscos ambientais, tecnológicos e biológicos relacionados; E 3) uma abordagem mais centrada nas pessoas, todos os perigos e multissetorial da RRD.

O guia fornece um conjunto específico de considerações práticas para a implementação para enfrentar os riscos causados pelo homem e tecnológicos a nível nacional e local em cada uma das quatro Prioridades de Ação do Sendai Framework. O Guia também destaca a diversidade existente de quadros temáticos, mecanismos institucionais e legais a nível global e regional que estão relacionados e utilizados para enfrentar os riscos causados pelo homem. Também chama a atenção para as colaborações existentes para implementar essas ferramentas dentro da comunidade DRR, incluindo as realizadas pelo UNISDR e outros parceiros-chave.

O guia destina-se a complementar as disposições relacionadas de leis, regulamentos e recomendações nacionais e internacionais. Promove e fortalece comunidades de práticas e redes profissionais. Ele evoluirá e incorporará novos conhecimentos conforme necessário.

## Comentários

Esta é a versão consultiva da diretriz. Se você tiver comentários e insumos em relação a isso (incluindo outros estudos de caso para consideração), entre em contato com o seguinte, ponto focal da UNISDR para esta publicação, adicionando a "Diretiva de ação de texto em ação para riscos artificiais e tecnológicos" na linha de assunto:

Dr. Chadia Wannous,  
consultor principal,  
e-mail: wannous@un.org

**FONTE:**[http://www.preventionweb.net/files/54012\\_23062017wiammtechguideconsultativev.pdf](http://www.preventionweb.net/files/54012_23062017wiammtechguideconsultativev.pdf)



## Diretrizes e recomendações para a Implementação do Quadro Sendai para Redução do Risco de Desastres no setor de agricultura e segurança alimentar e nutrição - América Latina e Caribe

Esta publicação é o resultado de um processo de consulta liderado pela FAO e pela UNISDR em 2016 à luz da divulgação do Framework Sendai para Redução do Risco de Desastres 2015-2030. Procurou a identificação de elementos-chave para sua implementação no setor agrícola (culturas, pecuária, florestas, pescas e aquicultura), como reconhecimento da responsabilidade do setor para contribuir para a redução do risco de desastres.

Esta publicação baseia-se na experiência de uma ampla gama de pessoas do setor público que enfrentam diariamente as consequências do risco de desastre e as mudanças climáticas na agricultura dos países da América Latina e do Caribe. Espera-se que seja uma fonte de inspiração para a formulação e implementação de políticas que aumentem a **resiliência** dos meios de subsistência agrícolas e, especificamente, dos produtores mais vulneráveis a perigos e desastres no contexto das mudanças climáticas.

**FONTE:**[http://www.preventionweb.net/files/54350\\_54350guidelinesendaiframeworkagric.pdf](http://www.preventionweb.net/files/54350_54350guidelinesendaiframeworkagric.pdf)



## **Índice de gerenciamento de risco Relatório INFORM e relatório de metodologia - Versão 2017**

Este é o quarto relatório do conceito e da metodologia revista da INFORM. INFORM é um indicador composto que identifica países em risco de crise humanitária e desastres que superariam a capacidade de resposta nacional. O índice INFORM suporta uma estrutura proativa de gerenciamento de crises e desastres e abrange 191 países.

O modelo INFORM é baseado no conceito de risco publicado na literatura científica e prevê três dimensões de risco: Riscos e exposição, Vulnerabilidade e Falta de capacidade de enfrentamento. O modelo INFORM é dividido em diferentes níveis para fornecer uma visão geral rápida dos fatores subjacentes que levam ao risco humanitário e acumula a imagem do risco em 54 indicadores principais.

Quaisquer mudanças na metodologia INFORM são sempre aplicadas a pelo menos os cinco anos anteriores de dados para preservar a consistência da análise de tendências.

**FONTE:** <https://publications.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/b1ef756c-5fbc-11e7-954d-01aa75ed71a1/language-en/format-PDF#>



## **Mapeando o papel do seguro na gestão de perdas de desastres: estudo de países de baixa e baixa renda média**

Este relatório foi encomendado pelo Departamento do Reino Unido para o Desenvolvimento Internacional (DFID) para fornecer provas quantitativas da escala potencial de desastres naturais que poderiam ser cobertos por seguros ou outros instrumentos de financiamento de risco ex ante, nos próximos dez anos. O estudo concentra-se no conjunto de países identificados pelo Banco Mundial como economias de baixa ou baixa renda média, porém a análise exclui os países considerados conflitantes com base em dados da Agência das Nações Unidas para os Refugiados.

O RMS realizou uma análise de como os esquemas de seguros viáveis poderiam reduzir o fardo financeiro das perdas de desastres. A análise combina quatro fontes de dados

separadas para produzir uma avaliação abrangente das perdas de desastres e pagamentos de ajuda associados. A análise conclui que as perdas anuais médias de ativos de eventos de catástrofes naturais em países de baixa e baixa renda média são iguais a US \$ 29,1 bilhões. US \$ 2,2 bilhões desta (aproximadamente 8% das perdas totais) são atendidos por despesas de ajuda humanitária. Mais US \$ 0,9 bilhão (aproximadamente 3% do total de perdas) está atualmente coberto por seguro.

Os pesquisadores então aplicaram três diferentes estruturas de seguro hipotéticas para simular perdas na atual exposição ao risco e níveis populacionais. No geral, a análise quantitativa sugere que o desenvolvimento plausível de esquemas de seguro para cobrir perdas decorrentes de desastres naturais em países de baixa e baixa renda média nos próximos dez anos tem potencial para fornecer recuperação média anual de US \$ 3,1 bilhões (aproximadamente 11% da média anual Perdas patrimoniais). Levando em consideração o impacto positivo do financiamento do risco antecipado que atua para mitigar o desenvolvimento a longo prazo de perdas por desastres, essas recuperações reduzem as conseqüências financeiras do risco de catástrofe em US \$ 4,4 bilhões por ano (aproximadamente 15% da perda média total de ativos).

FONTE: [http://www.preventionweb.net/files/54328\\_mappingtheroleofinsuranceinmanaging.pdf](http://www.preventionweb.net/files/54328_mappingtheroleofinsuranceinmanaging.pdf)



## Redução inclusiva do risco de desastres

Este relatório explica os princípios "inclusivos" e a abordagem programática da Handicap International em seus esforços para gerenciar o risco de desastres e criar **resiliência**, especialmente entre grupos altamente vulneráveis ou em risco devido à idade, gênero e deficiência. O relatório fornece informações sobre o conceito de vulnerabilidades diferenciais entre diferentes grupos populacionais, o que resulta em diferentes níveis de risco e vulnerabilidade aos riscos naturais. Fornece quadros para abordar a RRC entre as populações vulneráveis, inclusive para integrar a inclusão na RRD, capacitação de grupos em risco e acesso a serviços para pessoas com deficiência.

FONTE: [http://www.hiproweb.org/uploads/tx\\_hidrtdocs/PP13\\_InclusiveDRR.pdf](http://www.hiproweb.org/uploads/tx_hidrtdocs/PP13_InclusiveDRR.pdf)



## Criação de avaliação de capacidade regulatória: Nível 2 - Exploração detalhada

A Avaliação da Capacidade de Regulamentação do Edifício foi desenvolvida para ajudar as cidades e os gerentes de projetos que trabalham com as agências de desenvolvimento a implementar para avaliar sistemas de regulamentação de construção e uso do solo e facilitar a coleta de informações críticas sobre o quadro regulatório de construção em qualquer cidade ou país. Esta ferramenta de avaliação oferece um recurso efetivo para intervenções dentro de uma ampla gama de iniciativas de desenvolvimento urbano em cidades de países de baixa e média renda.

Este "Nível 2 - Exploração detalhada" é o segundo dos dois componentes da Avaliação da Capacidade de Regulamentação do Edifício e fornece um conjunto de diretrizes para os membros da equipe e os contratados que são encarregados de reunir e analisar dados e informações sobre a capacidade de regulamentação de construção do país alvo, Região ou município. É precedido pelo componente "Nível 1 - Projeção inicial", que foi projetado para funcionários governamentais e gerentes de projetos que realizam avaliações preliminares rápidas.

Em geral, a Avaliação identifica lacunas críticas, fornece as informações necessárias para desenvolver uma linha de base para a formulação de assistência técnica aos clientes, bem como elaborar conclusões que podem ser usadas para determinar áreas de melhoria e investimento.

**FONTE:** <http://www.gfdrr.org/sites/default/files/publication/building-regulatory-capacity-assessment-level-2-2017.pdf>



Food and Agriculture  
Organization of the  
United Nations

## **O impacto das catástrofes na agricultura: abordar o hiato da informação**

Este relatório resume os dados sobre o impacto dos riscos naturais, como a seca e as inundações na produção agrícola, incluindo danos e perda de culturas e gado. Pretende preencher uma lacuna de conhecimento e informar a tomada de decisão para DRR, desenvolvimento sustentável e planejamento de resposta de emergência.

Este é o segundo relatório periódico em 2017 pela FAO. Inclui análises de impactos de catástrofes induzidas por perigo natural, a saber:

- Seca e outros desastres meteorológicos e climatológicos (temperaturas extremas, tempestades e incêndios florestais)
- Inundações
- Geofísicos (terremotos, tsunamis e movimentos de massa)
- Desastres biológicos (epidemias, infestações e doenças animais)

O relatório também inclui um foco especial em desastres biológicos, como doenças animais transfronteiriças, bem como em crises prolongadas em contextos de conflito.

A FAO aplicou uma combinação de métodos, justapondo diferentes fontes de informação para avaliar as estimativas de danos e perdas incorridos nas culturas, pecuária, pesca, aquicultura e silvicultura no rescaldo de eventos e crises perigosas.

Além de eventos em larga escala, as catástrofes de média e pequena escala, apesar da escala limitada, podem ter um impacto significativo. O segundo relatório considera diferentes tipos de catástrofes que afetam mais de 100 000 pessoas ou mais de 10% da população nacional.

**FONTE:** <http://www.fao.org/3/a-i7279e.pdf>



## **Antes do dilúvio: o valor da mitigação**

Há muito que os governos podem fazer para diminuir o impacto das catástrofes naturais cada vez mais comuns.

Desastres naturais de bilhões de dólares estão se tornando a norma nos Estados Unidos. Desde 1980, catástrofes dessa magnitude afetaram os 50 estados, atingindo cinco a dez vezes por ano. As inundações são as catástrofes mais frequentes e dispendiosas; De 1980 a 2013, eles causaram mais de US \$ 260 bilhões em danos. Somente em 2016, 36 das 46 declarações de desastre do governo federal envolveram inundações ou furacões; Quatro deles custam mais de US \$ 1 bilhão cada.

Esse é o preço da limpeza de uma enchente depois que isso acontece. Mas muito pode ser feito para mitigar danos e reduzir os custos antes da chuva começar. Os formuladores de políticas voltadas para o futuro e as autoridades locais estão fazendo exatamente isso.

Pegue Tulsa, Okla. O óleo transformou a cidade fronteira em uma cidade em expansão no início do século 20, mas os construtores pensaram pouco em como a água drenaria. Decenas mais tarde, no Memorial Day em 1984, 15 polegadas de chuva inundaram a cidade durante a noite, e a água não tinha lugar para ir. As inundações destruíram mais de 7.000 veículos e 5.500 edifícios, incluindo mais de 20 escolas, e custaram quase US \$ 406 milhões em danos. Quatorze pessoas morreram e 288 ficaram feridas.

A inundações de 1984 e outros motivaram Tulsa a adotar uma abordagem abrangente para o gerenciamento de inundações, passando de uma abordagem reativa a uma abordagem pró-ativa. A cidade estabeleceu uma utilidade de gerenciamento de águas pluviais para centralizar operações relacionadas a inundações, usou soluções baseadas

na natureza para controle de inundações ao longo de Mingo Creek e impôs uma taxa de uso de águas pluviais para superfícies duras, que aceleram o escoamento de água em valas e córregos. Esta receita adicional, juntamente com o financiamento da Agência Federal de Gerenciamento de Emergência (FEMA), financiou novos espaços abertos e áreas de retenção de água, além da remoção de estruturas localizadas em planícies de inundação. Desde então, as propriedades em Tulsa sofreram significativamente menos danos causados pelas inundações. O resultado é um modelo para outros programas abrangentes de controle de cheias.

Essas mudanças na forma como os governos gerenciam a preparação e mitigação de inundações economizam milhões de dólares por ano. Pesquisas feitas por um braço do Instituto Nacional de Ciências do Edifício em 2005 descobriram que, em média, cada dólar investido em mitigação resulta em US \$ 4 economizados em custos de recuperação.

Existem várias abordagens para mitigação. Para prevenir os danos causados pelas inundações, os funcionários responsáveis pela proteção das vidas e dos bens estão adaptando edifícios resistentes às inundações, localizando pessoas de áreas de risco e preservando o espaço aberto. Em 2013, as inundações devastaram muitas comunidades do Colorado, incluindo Boulder, onde a água danificou 262 casas e destruiu 300. Mas o dano poderia ter sido pior: décadas mais cedo, Boulder havia vinculado o planejamento de gerenciamento de inundações para os programas de desenvolvimento comunitário da cidade, criando uma fonte chave de financiamento para melhorias de drenagem e compras voluntárias de propriedades de risco.

Outras cidades implementaram financiamento criativo para lidar com inundação. Em setembro de 2016, a autoridade de água e esgoto de Washington emitiu o primeiro vínculo municipal de impacto ambiental da nação, que usa dinheiro de uma variedade de investidores para financiar infra-estrutura verde para ajudar a reduzir o risco de inundação. E o condado de Charlotte-Mecklenburg, na Carolina do Norte - uma vez assediado por inundações - regras de uso da terra adotadas para garantir que o novo desenvolvimento não piorasse o risco de inundações para casas e empresas existentes. O município também está encorajando os proprietários de casas que vivem em áreas propensas a inundações a se moverem para que a terra possa ser restaurada para seu estado natural de planície de inundação. Para fazer isso, o município está usando taxas de águas pluviais, a quantidade de cidades muitas vezes cobram aos proprietários e empresas para administrar a água, para financiar a localização de casas, prédios de apartamentos e negócios. O programa também inclui aquisições "órfãs" para casas ou edifícios ao lado de propriedades que se qualificam para aquisições federais. Como resultado, mais de 600 famílias já não vivem em locais de risco. Compras similares no Missouri economizaram quase US \$ 100 milhões de perdas evitadas em 2008, um retorno de investimento de 212%.

O governo federal também pode desempenhar um papel importante no apoio ao investimento por parte de estados e localidades em práticas que reduzem os custos de desastres. No entanto, o atual investimento federal é orientado mais para responder e reconstruir de desastres do que para minimizar seu impacto. De 2005 a 2014, o

governo federal gastou US \$ 277,6 bilhões em assistência contra desastres, enquanto a FEMA designou menos de US \$ 600 milhões em seu programa primário de mitigação pré-desastre. Claramente, o governo federal deveria aumentar os investimentos *antes das greves de desastres*.

Mas o governo federal não pode suportar a carga financeira de mitigação e reparação de inundações sozinho. As localidades e os estados devem assumir mais responsabilidade pela navegação na era do aumento das inundações e aumento das marés. Um passo importante em direção a esse objetivo ocorrerá quando as autoridades estaduais e locais se reunirem em Kansas City, Missouri, em 30 de abril para a reunião anual da Associação de Gerentes de Floodplains do Estado. A conferência será uma oportunidade para compartilhar práticas inovadoras de financiamento e gerenciamento de inundações que ajudarão as comunidades a se preparar para os eventos climáticos mais onerosos que certamente virão.

*Susan K. Urahn é vice-presidente executivo e diretor de programas da The Pew Charitable Trusts.*

**FONTE:** <http://www.pewtrusts.org/en/about/news-room/opinion/2017/03/22/before-the-flood-the-value-of-mitigation>



## **Governo federal abre consulta pública sobre recomendações de direitos humanos da ONU ao Brasil**

Ministério dos Direitos Humanos do governo federal do Brasil abriu uma consulta pública sobre as recomendações ao Estado brasileiro feitas durante o III Ciclo do Mecanismo de Revisão Periódica Universal do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas. Processo de consulta ficará aberto até 11 de agosto.

O Ministério dos Direitos Humanos do governo federal do Brasil abriu uma consulta pública sobre as recomendações ao Estado brasileiro feitas durante o III Ciclo do Mecanismo de Revisão Periódica Universal do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas.

O objetivo da consulta é expor a público o conteúdo das recomendações feitas pelos Estados-membros ao Brasil durante a 27ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, bem como reunir comentários sobre seu acolhimento, a fim de incentivar o diálogo amplo e construtivo sobre o tema e contribuir para a resposta oficial do país.



Conforme os procedimentos do Mecanismo de Revisão Periódica Universal, o Brasil deve fornecer sua resposta ao Conselho de Direitos Humanos sobre as recomendações até a 37ª Sessão, em setembro de 2017.

Após a manifestação do Estado brasileiro, as recomendações acolhidas serão objeto de monitoramento e de ações e políticas públicas para a promoção e proteção dos direitos humanos no país. Ao fim do III Ciclo do Mecanismo, em 2021, será apresentado ao Conselho o informe nacional com relato sobre o andamento dos respectivos compromissos assumidos em 2017.

A consulta pública sobre as recomendações recebidas no início do III Ciclo do Mecanismo de Revisão Periódica Universal do Conselho de Direitos Humanos estará aberta até o dia 11 de agosto de 2017, no site do Ministério dos Direitos Humanos, por meio de formulário.

Acesse aqui o formulário de consulta pública do III ciclo da Revisão Periódica Universal.

<http://www.sdh.gov.br/assuntos/atuacao-internacional/relatorios-brasileiros-ao-sistema-internacional-de-protecao-de-direitos-humanos/iii-relatorio-brasileiro-ao-mecanismo-de-revisao-periodica-universal-do-conselho-de-direitos-humanos-das-nacoes-unidas-3>

Acesse aqui o III Relatório Brasileiro ao Mecanismo de Revisão Periódica Universal do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas.

[http://formsus.datasus.gov.br/site/formulario.php?id\\_aplicacao=32664](http://formsus.datasus.gov.br/site/formulario.php?id_aplicacao=32664)



## **ONU financia desenvolvimento de jogos não eletrônicos na área de justiça; prazo é 6/8**

Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) financiará instituições de todo o mundo que estejam interessadas em criar jogos não eletrônicos para estudantes de nível secundário (entre 13 e 18 anos) sobre questões de prevenção criminal, justiça criminal e outros aspectos do Estado de Direito. Valor concedido é de até 10 mil dólares e o prazo é 6 de agosto.

A iniciativa 'Educação para a Justiça' (E4J) do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) está aceitando pedidos de financiamento de instituições que estejam interessadas em criar jogos não eletrônicos para estudantes de nível secundário (entre 13 e 18 anos) sobre questões de prevenção criminal, justiça criminal e outros aspectos do Estado de Direito.

Organizações da sociedade civil, instituições acadêmicas e/ou de pesquisa de qualquer parte do mundo podem solicitar uma concessão de até 10 mil dólares.

Os recursos devem ser utilizados pelos candidatos aprovados para o desenvolvimento e teste de jogos não eletrônicos e devem envolver alunos de nível secundário no processo, bem como educadores. O prazo para apresentação de propostas é 6 de agosto de 2017.

As propostas devem se concentrar em pelo menos uma das seguintes questões:

- Prevenção do crime e justiça criminal;
- Corrupção;
- Crime organizado;
- Tráfico de seres humanos e contrabando de migrantes;
- Armas de fogo;
- Cibercrime;
- Terrorismo.

Através deste apoio, o E4J promoverá a cooperação entre organizações, estudantes e educadores para criar ferramentas inovadoras para ensinar e aprender sobre essas questões. Embora os indivíduos não sejam elegíveis para se inscrever, o UNODC sugere que os candidatos envolvem desenvolvedores de jogos no processo de design.

Apenas a própria agência promotora do edital – o UNODC – pode tirar dúvidas sobre este edital, por meio do e-mail disponível na própria chamada internacional, no site acima.

Todos os detalhes sobre como se candidatar estão **disponíveis clicando aqui** [.http://www.unodc.org/unodc/en/frontpage/2017/July/e4j-call-for-proposals\\_funding-for-the-development-of-non-electronic-games.html](http://www.unodc.org/unodc/en/frontpage/2017/July/e4j-call-for-proposals_funding-for-the-development-of-non-electronic-games.html)



## Proteção e resiliência de Infraestrutura Crítica América do Norte 2017

Data: 05-07 dezembro 2017

Localização: Estados Unidos da América (Orlando)

Temas: infra-estruturas críticas; Gestão do Risco de Desastres

<http://www.ciprna-expo.com/>



Monitoramento por Satélite

## "Agropecuária no Brasil: uma síntese"

O livro "Agropecuária no Brasil: uma síntese", de Evaristo Eduardo de Miranda, leva aos leitores um panorama atualizado e contemporâneo do ciclo produtivo de alimentos, energia, fibras e produtos especiais da agricultura e da pecuária brasileiras. Evaristo de Miranda, pesquisador da Embrapa, resume, de forma substantiva e concreta, o significado, os números e a complexidade deste setor econômico, que abastece o país e o mundo, combinando tecnologia e sustentabilidade crescentes.



A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) convida para o lançamento do livro:

**AGROPECUÁRIA NO BRASIL:  
UMA SÍNTESE**

Quinta-feira  
3 de agosto de 2017, às 16h

Lançamento com sessão de autógrafos na Sede da CNA  
SGAN 601, Módulo K, Edifício Antônio Ernesto de Salvo  
Brasília/DF

*Pedimos a gentileza de confirmar sua presença até o dia 31 de julho,  
pelo telefone (61) 2109-1458 ou e-mail [cna.comissao@cna.org.br](mailto:cna.comissao@cna.org.br)*

Elaborada pelo chefe-geral da Embrapa Monitoramento por Satélite, Evaristo de Miranda, a obra revela o imenso e diversificado universo da produção rural brasileira, traçando um painel abrangente de um setor que contribuiu, de forma relevante, para a geração de emprego e renda no País.

SENAR CNA INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISA EM AGROPECUÁRIA E PASTAGENS METALIVROS

Embrapa  
Compromisso com o Brasil